

SÃO PAULO, 29 DE JUNHO A 5 DE JULHO DE 1997

Nº 1.152

DENÚNCIA**Gerenciadora do PAS Tatuapé
fatura R\$ 4 milhões por ano**

Denúncia feita pela ex-vice-presidente da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Nível Universitário que Atuam na Área da Saúde (Cooperpas), Márcia Virginia Tavorari Arnold, dá conta de diversas irregularidades administrativas no PAS Tatuapé.

A denunciante, no processo contra a cooperativa, está sendo assistida pelo advogado Luiz Riccetto Neto, que também atende a Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (Caasp). O grupo está instalado no Hospital Municipal do Tatuapé, na Avenida Celso Garcia, e o presidente é Antonio Carlos da Silva.

Márcia, que foi eleita para o cargo por quatro anos, foi destituída após descobrir irregularidades praticadas pela empresa Multi Service. Segundo a ex-funcionária, a empresa foi contratada por indicação do ex-secretário municipal da Saúde, Roberto Paulo Richter, para gerenciar o orçamento de R\$ 5.925.856,00. Além disso, a Multi Ser-



vice teria direito a receber uma remuneração fixa de 6% desse valor, ao mês. Ou seja, em um ano, essa empresa é beneficiada com mais de R\$ 4 milhões.

A Multi Service é responsável pela cotação de preços de serviços e equipamentos, que devem passar pela aprovação da diretoria. Depois de definido o valor do serviço prestado pela empresa e o que deveria fazer, a vice-presidente, que ainda tinha como secretária da cooperativa, Cleyde Cley da Silva Vescio, descobriu a primeira tramóia.

Em 5 de julho de 1996, o presidente Antonio Carlos da Silva organizou uma reunião para aproximadamente a 1h00 com os assessores da gerenciadora e com os representantes da Empresa Guarda Patrimonial de São Paulo S/C Ltda.. No dia seguinte, a EFA Segurança, contratada desde a criação do PAS, foi dispensada.

Um relatório descoberto mais tarde, incluído no processo movido por Márcia Virgínia, disse que a Guarda Patrimonial foi contratada em "caráter de urgência". No entanto, cobrando valores superiores ao praticado pela empresa destituída.

Em outro caso envolvendo a Multi Service, a empresa contratou, sem aprovação da diretoria, a EBL Engenharia Clínica. Com isso, a ex-vice-

Multi Service chegou a gastar R\$ 58 mil em quatro itens dos 300 que serviriam ao Hospital do Tatuapé

presidente resolveu acompanhar o caso. Ela acabou descobrindo que a EBL havia sido contratada por R\$ 154 mil mensais para fornecer mão-de-obra qualificada na área de manutenção.

CONTRATOS IRREGULARES

A questão é que, além desse montante, a EBL começou a apresentar faturas complementares de serviços não contratados e sequer aprovados pela diretoria. "Antes de descobrir o que ocorria, eu só via o cheque chegar às minhas mãos para assinar", explicou Márcia Virgínia.

Pretendendo informatizar os serviços da cooperativa do Tatuapé, a Multi Service fez a cotação de preços em três empresas, solicitando 100 unidades. A Engecon S/A, indicada por Antonio Carlos e pela gerenciadora, fez a proposta de R\$ 2.339,00 para a venda de cada computador Pentium 75 MHz. As outras empresas apresentaram valores entre R\$ 1.740,00 e R\$ 1.820,00 para o mesmo equipamento. Com isso, a Engecon reduziu o valor para R\$ 1.896,00, ainda mais alto que o das outras.

Para resolver o impasse, o presidente Antonio Carlos da Silva montou novo esquema. O conselho gestor su-

geriu que fossem contratados um médico, uma analista de sistemas e o diretor de módulo para emitirem um parecer sobre a aquisição de equipamentos. Só que na hora de mostrar o laudo, Antonio Carlos apresentou um documento de análise de um sistema adquirido pela Secretaria da Saúde. Esse documento havia recebido total aprovação.

Ao ser descoberto o esquema, outro parecer foi solicitado e a aquisição dos equipamentos foi autorizada por outra empresa, que não era nenhuma das cotadas pelo conselho. Depois disso, mais cheques apareceram para que Márcia Virgínia assinasse. Um dos últimos era para pagar a locação de um caminhão para transporte de material entre os almoxarifados Penha e Tatuapé. Ao contratar o caminhão, o PAS deixou de utilizar a própria Penha, que ficou estacionada.

COMPRA ILÍCITA

Márcia Virgínia, que é farmacêutica bioquímica, ainda denunciou a emissão de um cheque com uma importância de R\$ 3 mil a mais para pagamento de material de escritório. Além disso, a farmacêutica também

apurou a irregularidade no pagamento de R\$ 58 mil para a aquisição de luvas de procedimento, ataduras gessadas e eletrodos descartáveis.

Esse material significa 1/6 do orçamento mensal para o almoxarifado. Enquanto o dinheiro foi gasto em apenas quatro itens do hospital, outros 300 ficaram sem ser comprados.

O último fato descoberto pela ex-funcionária, antes de ter sua sala arrombada, com o desaparecimento de documentos e pertences pessoais, foi a contratação de 200 pessoas acima do número estabelecido pela secretaria. Esses novos funcionários causaram um rombo no orçamento de aproximadamente R\$ 400 mil por mês.

Após desvendar tudo isso, um ofício especialmente "preparado" e enviado ao presidente Antonio Carlos, dizia que Márcia havia quebrado a confiança do programa. Além de causar divergências éticas e administrativas. Com isso, ela foi destituída do cargo de vice-presidente e passou a receber R\$ 2 mil dos R\$ 6.400,00 que havia sido estabelecido por quatro anos de mandato. Atualmente, ela está eliminada da Cooperpas pelo conselho administrativo.

*se compre imediatamente
motivo de jubilo.
Trazer a segurança par
negócios, a credibilidade*